

# LEITURA E ESCRITA: AINDA DESAFIOS PARA O PRÓXIMO MILÊNIO<sup>1</sup>

Maria Auxiliadora Bezerra<sup>2</sup>

## Introdução

Este tema parece-nos ter, pelo menos, duas perspectivas a abordar, as quais, embora diferentes, se interrelacionam: uma é a que considera o *ensino* da leitura e escrita como desafios para o próximo milênio; outra perspectiva é a que vê o *uso efetivo* da leitura e escrita ainda como desafios a superar, sobretudo, se o público envolvido nessas duas perspectivas for, principalmente, das camadas mais pobres da sociedade. Neste texto tentaremos discorrer sobre as duas, visto que nos dirigimos a um público de educadores, que deve estar interessado não só no ensinar a ler e escrever (numa perspectiva de alfabetização), mas também no favorecer a ampliação do acesso a esses bens culturais, tão valorizados pela sociedade atual (numa perspectiva de letramento).

Mesmo que o tema nos indique que sua abordagem deve ser projetiva (desafios para o próximo milênio), iniciaremos fazendo uma breve incursão no passado, para entendermos, talvez melhor, por que a leitura e a escrita ainda são consideradas desafios.

## O estímulo à leitura/escrita

O modelo de sociedade que floresceu no século XVIII, no mundo industrializado, possibilitou a consolidação da leitura/escrita, que ao mesmo tempo em que se firmava expandia esse modelo de socie-

---

<sup>1</sup> Texto apresentado na mesa-redonda Leitura e Escrita: ainda Desafios para o Próximo Milênio, por ocasião do 2º. Encontro do PROLER – Campina Grande, 19 a 21 de setembro de 2000.

<sup>2</sup> Professora de Lingüística na UFPB, Campus de Campina Grande.

dade. Os fatores de ordem econômica, social, cultural e ideológica que motivaram esse modelo foram:

a) A instalação plena da revolução industrial e o conseqüente florescimento da economia capitalista; b) a afirmação de novas classes no horizonte social: a burguesia, à qual pertencem industriais, financeiros, profissionais liberais e comerciantes; o proletariado, constituído pela mão-de-obra disponível para a indústria; e um grupo intermediário e mais difuso, a pequena burguesia, formada por funcionários e outros trabalhadores que operam pelo sistema de prestação de serviços; c) a expansão da vida urbana, na qual atuam os grupos citados antes; d) a difusão do ideário democrático e liberal, proclamado sobretudo pela camada burguesa; e) a consolidação de uma estrutura familiar ciosa de sua privacidade e da manutenção dos laços afetivos internos, através do estímulo às relações solidárias e amistosas entre marido e mulher e entre pais e filhos; e f) a reforma da escola, tendo sido estimulada a formação pessoal, através do domínio da leitura e escrita, assim como da apropriação de conhecimentos intelectuais, segmentados e organizados nuclearmente em torno de disciplinas específicas (Zilberman, 1983:6).

O modelo de sociedade urbana construído a partir da conjuntura da época favoreceu o acesso da burguesia ao mundo da escrita (pois sendo classe dominante tinha poder para tal) e impediu à classe operária o direito à escola, já que para sobreviver tinha que ir para a linha de produção da indústria. Assim, tempo de lazer era dado a uns e negado a outros. Além disso, a valorização da alfabetização coincidiu com o processo educativo em construção, que não considerava válido o conhecimento prático, empírico, mas só aquele divulgado via escrita. Se só o saber transmitido pela escrita tinha valor, conseqüentemente, só as pessoas que tinham acesso a esse saber eram valorizadas. Como as condições da escola, nos séculos XVIII e XIX, eram precárias, só os abastados aprendiam a ler e escrever e, nas áreas mais pobres, os pais preferiam ver seus filhos trabalhando, para aumentar a renda familiar. E os patrões não se negavam a empregar essa mão-de-obra desqualificada, perecível, mas barata.

Foi preciso então a intervenção do Estado, no século XIX, para tornar a escolaridade obrigatória, retirando a mão-de-obra infantil do

trabalho e dando lugar aos adultos. No entanto a lógica do ensino escolar permaneceu a mesma: leitura/escrita como fonte de saber e prazer para a classe dominante e leitura/escrita com função utilitária para os mais pobres, dando-lhe condições de trabalhar com mais acuidade, com mais competência, de modo que não houvesse falha no processo de produção. Dessa forma, para integrar-se a esse processo de produção, o operário deveria reproduzir o saber a que teve acesso via escrita e assim reproduzir um outro discurso, despersonalizado, deixando desvalorizado a seus olhos seu próprio discurso. Com isso vemos que o silenciamento de muitos vai-se espalhando.

No Brasil, a obrigatoriedade escolar se dá tardiamente, em relação ao mundo industrializado, visto que ocorreu na década de 60 do século XX – na esfera legal, pois na real ainda não se concretizou plenamente – e repete em linhas gerais os passos do mundo industrializado: acesso pleno ao mundo letrado pelas classes abastadas e acesso parcial às classes menos favorecidas.

Essa visão de leitura/escrita direcionada de forma diferente a cada grupo que compõe a sociedade permanece até nossos dias, metamorfoseando-se em afirmações do tipo: a dificuldade em ler e aprender e pôr em prática esse aprendizado decorre da falta de aptidão dos alunos; são maus leitores/escritores porque vêm de um meio social que não lê/escreve; analfabetos adultos não aprendem porque os hemisférios cerebrais atuam diferentemente dos hemisférios das crianças, futuras leitoras/escritoras; falta aos maus leitores/escritores o prazer, o gosto pela leitura/escrita. Essa ideologia da divisão da humanidade entre dotados e não-dotados é perversa e desumanizadora, encobre, obviamente, a organização da sociedade que dá a uns o direito de mandar e a outros o dever de obedecer (Foucambert, 1997). Será que, se uma criança, que é vista como má-leitora, tivesse alguém que lhe contasse histórias, lhe lesse livros com frequência, que vivesse num ambiente envolvido de livros, jornais, revistas, computador, que utilizasse sempre a leitura/escrita para solucionar seus problemas, etc., não aprenderia a ler/escrever? Mas a criança que tem tudo isso é a de classe média ou alta, que independentemente da escola aprenderia, pois tem meios variados para a aprendizagem. E a criança pobre? Por que lhe impõem a pecha de não-dotada, se a ela não são dadas as condições de aprender a ler/escrever e fazer uso dessas competências? Considerando que 10% dos trabalhadores, no Brasil, estão na faixa

etária entre 5 e 17 anos, podemos entender por que não conseguimos desenvolver a leitura e escrita de todos: durante a infância e a adolescência estão no trabalho e não na escola; na juventude e maturidade, continuam no trabalho, sem qualificação, sem salários dignos, sem lazer. Onde ficou o tempo para leitura e escrita?

Se a presença da leitura/escrita na sociedade, desde tempos passados, é percebida de forma diferenciada e se, em relação especificamente ao Brasil, a crença de que a alfabetização é suficiente para tornar-se um cidadão letrado, a leitura/escrita é realmente um desafio para aqueles que se preocupam com educação.

### **Ensino e uso efetivo da leitura/escrita como desafios**

Sendo a nossa sociedade letrada, isto é, com práticas de leitura e escrita variadas e constantes, é necessário que a todos seja dada a oportunidade de se apropriar dessas competências, para que se sintam um cidadão com alto grau de letramento. Esse é um dos princípios dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que defendem o ensino de língua portuguesa, por exemplo, baseado em textos de caráter utilitário, estético e reflexivo, tanto para a leitura como para a escrita. Os professores, por sua vez, precisam pôr em prática, em sala de aula, o trabalho com textos, não para um estudo estéril de regras a serem memorizadas (e não seguidas), mas para que os alunos leiam/escrevam, procurando informar-se, formar-se e posicionar-se diante dos fatos. Isto porque, ainda de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997:15),

o domínio da língua, oral e escrita, é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Por isso, ao ensiná-la, a escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes lingüísticos, necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos.

Embora muitas pesquisas sobre ensino/aprendizagem de leitura e escrita, do ponto de vista cognitivo, social, pragmático, didático, tenham sido feitas, vemos que na sala de aula ainda é muito freqüente a utilização do método analítico-sintético, nas primeiras séries, e a

prática de leitura/escrita como decodificação/codificação, nas séries posteriores, reforçando a concepção, já questionada, de que basta dominar o código para ser leitor/escritor. Soma-se a isso a utilização irrestrita e inquestionável dos manuais didáticos, que ditam o que deve ou não ser ensinado, transformando-se o professor num mero repassador de informações, sem autonomia. A conseqüência dessa atitude é o número cada vez maior de pessoas alfabetizadas, mas incapazes de entenderem o que lêem e se posicionarem a respeito das informações obtidas ou escreverem um texto qualquer. É o que Gadotti chama de analfabeto funcional.

No entanto os professores sozinhos não vencerão esse desafio, que exige a participação dos segmentos organizados da sociedade. A idéia de que “se cada um fizer sua parte, o todo estará completo” é mais uma forma de incentivar o individualismo em detrimento da solidariedade, é mais uma forma de reforçar o modelo social que exclui, sob a alegação de que o aluno não aprende porque não se esforça. Sem políticas estruturais de educação que objetivem realmente uma mudança social, que venham atender às necessidades de professores, alunos e comunidades envolvidas pela escola, que valorizem o magistério, possibilitem a formação adequada de professores, valorizem culturalmente a educação e que não sejam apenas dados numéricos para preencherem relatórios que atendam a interesses financeiros, leitura e escrita continuarão desafios, visto que individualmente não se pode resolver um problema que envolve a sociedade. Se o país continua, apenas, com programas educacionais, de caráter conjuntural (por exemplo, alfabetização solidária, avaliação do livro didático – PNLD – incentivo à leitura – PROLER – e outros) não vai se conseguir mudar o quadro atual da grande quantidade de pessoas pouco letradas. Não desconhecemos a importância desses programas; na verdade eles contribuem para a educação brasileira, mas são políticas de momento, sem continuidade de ações, e é essa continuidade de ações que é imprescindível para vencer-se o desafio da leitura/escrita.

Por outro lado, não queremos com isso dizer que, não havendo políticas públicas de educação, não se vá lutar por condições de ensino adequadas. Devemos desenvolver nosso trabalho e ao mesmo tempo nos associarmos e lutarmos por essas condições. E uma forma de lutar por elas é dar aos alunos, que se tornarão aliados, o poder da leitura e da escrita: o domínio da língua em suas modalidades oral e

escrita e em registros diversos contribuirão para que alunos se posicionem diante dos fatos e convençam ou persuadam seu interlocutor. Alberto Manguel, um argentino naturalizado canadense, especialista em leitura, explicando por que o analfabetismo é crônico em tantos países, apesar de ser um problema fácil e barato de ser resolvido, afirma que

ter acesso à palavra escrita significa a possibilidade de dominar um instrumento de poder chamado linguagem formal. É na linguagem formal que estão escritos os códigos, as leis de um país. Manter grande parte da população no analfabetismo é uma das maneiras utilizadas por governantes que querem perpetuar-se no poder, sem sofrer ameaças.” (1999:15).

Assim, vemos que muito mais que uma questão lingüística, o ensino da leitura/escrita é um questão política, que exige conscientização dos professores, para evitar que eles próprios e seus alunos não sejam presas fáceis de um ideário que protege poucos e abandona milhares.

Mas, para ter-se essa consciência, precisa-se dominar, além das modalidades falada e escrita da língua, outras linguagens, tais como a linguagem não-verbal (a linguagem da propaganda, da televisão, do cinema, enfim, da mídia em geral) e a linguagem digital, que continuam também sendo desafios, tanto para alunos quanto professores que precisam aprendê-las e usá-las, sob pena de não poderem conviver facilmente no mundo atual. A implantação de novas tecnologias na educação é essencial, desde que venha beneficiá-la, atingindo a todos, sem perda de qualidade. Com elas, outras habilidades devem ser desenvolvidas. Todavia aprendê-las e usá-las não significa absorvê-las de forma acrítica: é preciso discernir entre o que vem favorecer a formação do cidadão consciente e o que vem reforçar o aprisionamento. Dominar a leitura/escrita apenas de forma instrumental, isto é, para solucionar problemas imediatos, sem acesso à leitura reflexiva, lúdica, literária é uma forma de aprisionamento, pois só se tem acesso a uma parte do mundo da escrita. E isso acontece com muito maior frequência entre as camadas mais pobres da população, que não se libertou do modelo social excludente construído desde o século XVIII.

Nas sociedades modernas atuais não há pessoas iletradas, pois todas convivem com a escrita em maior ou menor grau: à volta de cada um e de todos, estão os textos escritos, para quem sabe e para quem não sabe ler, influenciando-os, impregnando-os e, se não se sabe ler, maltratando-o, pois o grafocentrismo é de tal forma valorizado, que quem não o domina, envergonha-se. Assim, por estar-se envolvido, inevitavelmente, pelas tramas do escrito, o que há, numa sociedade moderna, são pessoas mais, ou menos letradas. Por isso a escola tem o desafio de ampliar o uso da leitura/escrita, de modo que seus alunos desenvolvam uma das competências mais importantes para o mundo atual: aprender a pensar e a tomar decisões.

O Brasil, por não investir suficientemente em educação, apresenta índices bem abaixo da média dos países desenvolvidos e em desenvolvimento: o tempo médio de escolaridade do brasileiro é de 6,2 anos, abaixo do Paraguai (8 anos), da Argentina (9 anos), Chile (9,5 anos) e, comparando com a Europa, é inferior à metade da média européia (16 anos); o percentual de estudantes entre 18 e 24 anos matriculados na universidade é de 7,7%, enquanto que o Chile tem 27%, a Argentina, 39%, a França, 50% e os EUA, 80%; só 15% dos matriculados em cursos superiores concluem os estudos; e considerando a linguagem virtual, só 25 em cada 1000 brasileiros têm acesso à internet, enquanto na Argentina são 32 e nos EUA, 485.

É verdade que não podemos comparar no mesmo patamar o Brasil com os países ricos, esses por terem um sistema financeiro, além de equilibrado, alimentado consideravelmente pelo pagamento dos juros das dívidas dos países pobres, têm como investir em setores básicos tais como educação e saúde. Mas não podemos também perder de vista o bem-estar conquistado por outros, se não o fosso entre países ricos e pobres será maior ainda. Basta citarmos apenas o uso da internet, que, se para países adeptos da globalização seria uma forma de reunir os povos, não passa de mais uma forma de separá-los, pois é alto o seu custo. No Brasil, o computador ainda é artigo de luxo, inacessível às camadas mais pobres: enquanto nos EUA, um americano médio deve trabalhar 19 semanas para ter renda e comprar um computador, um brasileiro médio precisa trabalhar um ano e oito meses, para fazer a mesma compra.

## Concluindo...

As escolas precisam estar equipadas com recursos tecnológicos atuais para evitar que se propague ainda mais o analfabetismo digital. Mas não basta apenas comprar os equipamentos, tem-se de preparar os professores para usá-los e assim possibilitarem aos alunos seu uso. Dessa forma, temos o desafio de formamos leitores e mais que leitores, navegadores, para dominarem o texto real e o virtual. Não se trata de priorizar a linguagem digital, os novos suportes de textos, em detrimento da linguagem escrita, milenar (esta é a base daquela). Trata-se de favorecer o uso de todas as linguagens, sem hierarquizar, pois estamos vivendo uma época do múltiplo, do diverso: do livro, do computador, da tela, do rolo, da imagem, do som... É tempo da leitura – efêmera (a virtual) e permanente (a perenizada pelo texto escrito). E para encerrar, citamos o primeiro parágrafo do texto *High Tech*, de Millôr Fernandes (1999), sobre o livro:

Na deixa da virada do milênio, anuncia-se um revolucionário conceito de tecnologia de informação, chamado de Local de Informações Variadas Reutilizáveis e Ordenadas – L.I.V.R.O. Esse L.I.V.R.O. representa um avanço fantástico na tecnologia. Não tem fios, circuitos elétricos, pilhas. Não necessita ser conectado a nada nem ligado. É tão fácil de usar que até uma criança pode operá-lo. Basta abri-lo!

Então, vamos abri-lo e fazê-lo chegar a todos, acompanhado de outras formas de domínio da leitura/escrita.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL *Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.
- FERNANDES, M. *High tech*. Texto virtual, divulgado em novembro de 1999.
- FOUCAMBERT, J. *A criança, o professor e a leitura*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- MANGUEL, Alberto. Ler é poder. *Revista Veja*, 7 de julho de 1999, p. 11-15.
- ZILBERMAN, R. Sociedade e democratização da leitura. *Leitura: Teoria & Prática*, n.1, abril/1983, p.6-12.